

VOLTA ÀS AULAS

Infraestrutura precária e insegurança voltam a rondar a universidade às vésperas do início de um novo semestre na graduação. No dia 10, aluno sofreu agressões no Fundão

Página 6

1266 • 16 de março de 2023 • www.adufrj.org.br • TV ADUFRJ: youtube.com/adufrj

JORNAL DA

AduFRJ



A UFRJ

ANOS

SEM JUSTIÇA
SEM RESPOSTA
SEM MARIELLE

ASSEMBLEIA CRITICA MAS ACEITA ÍNDICE DE 9% PROPOSTO PELO GOVERNO

Página 3

FOTOS: FERNANDO SOUZA



DEPOIS DO PLANTÃO no hospital onde trabalha como técnica de Enfermagem, Kátia Valéria esperou num banco de praça para buscar seu filho Jean, de 5 anos, no CAp da Lagoa

Escola de Educação Infantil do CAp sofre com falta de espaço

> Crianças são transferidas para salas improvisadas na Lagoa, em meio período e sem alimentação

Começou no dia 13 de fevereiro e não tem hora para terminar o drama de pais e alunos da Educação Infantil do Colégio de Aplicação da UFRJ. Eles foram surpreendidos pelo fechamento da unidade do Fundão no dia em que deveriam começar as aulas, depois que um laudo apontou problemas estruturais que colocam em risco a segurança de crianças, professores e funcionários. A solução provisória foi transferir os 60 alunos, com idades entre 2 e 5 anos, para duas salas da sede do CAp na Lagoa, em horário parcial e sem alimentação. “Mudar tudo de uma hora para a outra é muito angustiante”, diz a técnica de Enfermagem Kátia Valéria, que agora sai direto do plantão no hospital em que trabalha para um banco de praça, sem dormir e sem comer, para esperar a saída do filho Jean, de 5 anos.

A direção do CAp tem feito o possível para acolher da melhor forma as crianças na sede da Lagoa, mas 55% dos alunos não estão frequentando as aulas porque os pais não têm condições de levá-los e buscá-los. A reitoria acena com o aluguel de um espaço provisório.

Páginas 4 e 5



EDITORIAL

CAR@ COLEGA

DIRETORIA

Os problemas para a volta às aulas da graduação, em 3 de abril, são nosso tema de capa desta edição. Dois deles são recorrentes e preocupantes: a insegurança e a falta de infraestrutura no campus do Fundão. A agressão ao estudante Lucas Vieira, da Engenharia de Produção, desnuda, mais uma vez, a exposição da comunidade acadêmica à violência que se espalha por toda a cidade do Rio de Janeiro. Lucas foi abordado na saída do bandeirão central do Fundão, no último dia 10, por um homem que lhe pediu dinheiro. O estudante deu R\$ 50 e foi espancado até desmaiar — sem que ninguém pudesse socorrê-lo. Veja mais detalhes sobre esse caso na página 6, ao lado de outros problemas que voltam à tona com o recomeço das aulas.

O drama de pais e alunos da Educação Infantil do Colégio de Aplicação, unidade da UFRJ de reconhecida excelência no ensino, é a face mais recente e cruel da falta de infraestrutura da universidade. Às vésperas do Carnaval, quando crianças de 2 a 5 anos deveriam iniciar as aulas na unidade do CAP no Fundão, um laudo do Escritório Técnico detalhou problemas estruturais que poderiam oferecer risco à segurança de todos, e o prédio foi interditado. Os alunos foram transferidos de forma provisória para a sede da Lagoa, onde estão abrigados em duas salas improvisadas, em horário parcial e sem alimentação.

Para agravar o quadro, dos 60 alunos da EI, 55% não estão frequentando as aulas porque os pais não conseguem levá-los e buscá-los na Lagoa. “A logística ficou inviável. Ela só tem dois anos. Na turma dela, de um total de 14, apenas três crianças estão conseguindo frequentar. Eu trabalho na Flocruz, consegui manter minha filha na creche institucional, onde ela estudava antes de ir para o CAP. Mas outros pais não têm essa alternativa e não podem levar seus filhos para a Lagoa. Como ficam essas

famílias?”, questiona Sthefany Cury, mãe de uma criança de dois anos da Educação Infantil do CAP. A situação precária e as providências que a UFRJ vem tomando para superá-la são o tema de nossa matéria das páginas 4 e 5.

A aprovação por ampla maioria (38 votos a 9) dos professores da UFRJ à proposta do governo — de recomposição emergencial de 9% nos salários de ativos, aposentados e pensionistas, mais o reajuste de R\$ 200 no auxílio-alimentação — é abordada em nossa matéria da página 3. A decisão da assembleia ocorreu na quarta-feira (15) e nesta quinta-feira (16) o setor das instituições federais de ensino do Andes encaminhou o aceite da proposta ao Fonasefe — fórum que reúne os servidores públicos federais. Os 9% estão bem distantes dos 27% reivindicados pelos servidores, mas a maioria dos professores na assembleia considerou o reajuste possível neste momento. “É claro que os sindicatos pressionaram, tentaram obter índices melhores, mas há limitadores. Não é o que queremos, não é o que merecemos, mas é um dado da realidade”, ponderou o professor João Torres, presidente da AdUFRJ. A mobilização não se encerra com a aceitação dos 9%. Ao contrário: ela deve permanecer até a recomposição integral dos salários dos servidores.

Na página 7, o assunto é a aprovação por unanimidade do no Consumi do Programa de Gestão e Desempenho (PDG), que trata das regras para a reorganização do trabalho na universidade, incluindo a regulamentação do trabalho remoto. Também na 7, confira as três chapas que concorrem à eleição do Andes nos dias 10 e 11 de maio.

Por fim, nossa página 8 é dedicada aos cinco anos da morte da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Não apenas pela saudade ou pelo imenso legado que ela deixou, mas sobretudo pela reafirmação de que não desistiremos de lutar pelas respostas que até hoje as autoridades encarregadas do caso não conseguiram dar: quem matou Marielle? E por quê? Enquanto não houver Justiça, não desistiremos.

Marielle, presente!

CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufrrj.org.br.

RIO DE JANEIRO



IBEU



CLUB PET



MAPLE BEAR TIJUCA



MIT CUIDADORES



ACADEMIA TIJUCA FIT



MADONA CLINIC



Psicare PSICARE



FISIOTERAPIA RJ LTDA



CRECHE AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA RECRIAR



CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS



ROÇA URBANA ORGÂNICOS



JC LUZ CORRETORA



FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL



BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS



ESCOLA ALFA



CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL



HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR



MAIS FITNESS ACADEMIA



CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA



INSPIRE ENERGIA SOLAR



KALUNGA PAPELARIA



DROGARIA RAIA

Docentes criticam índice, mas aprovam proposta

> Placar da assembleia foi de 38 favoráveis e nove contrários. Segundo o governo, recomposição de 9% ainda precisará da aprovação no Congresso Nacional para mudança na Lei Orçamentária Anual.

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Os professores da UFRJ aprovaram por ampla maioria (38 votos a 9) a proposta do governo, de recomposição emergencial de 9% nos salários de ativos, aposentados e pensionistas. Segundo o Dieese, as perdas salariais acumuladas desde 2015 são de 46,7%. O Andes e outros sindicatos de servidores federais reivindicavam 26,94%, que é o índice de inflação dos quatro anos de governo Bolsonaro. O percentual oferecido pelo Executivo, portanto, é bem inferior às perdas. “Não é o que queremos, não é o que merecemos, mas é um dado da realidade”, resumiu o presidente da AdUFRJ, professor João Torres.

A proposta do governo prevê também que os docentes da ativa receberão reajuste de R\$ 200 no auxílio-alimentação. A assembleia ocorreu na quarta-feira (15) e debateu o índice formalizado pelo governo federal no dia anterior. A decisão foi encaminhada para o Andes para debate. O setor das instituições federais de ensino se reuniu nesta quinta-feira, dia 16, e aprovou o aceite da proposta ao Fonasefe — fórum que reúne os servidores públicos federais.

Os representantes dos servidores devem se reunir com o governo no dia 22. O próximo passo, segundo a Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de

RESULTADO DAS ASSEMBLEIAS DE PROFESSORES FEDERAIS PELO PAÍS



23 associações aprovaram os 9%



4 decidiram manter os 26,94%



4 não conseguiram realizar assembleia

Trabalho, é aprovar um Projeto de Lei do Congresso Nacional com objetivo de alterar a Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano. “Com a alteração da LOA 2023, será possível garantir a tramitação no Congresso Nacional do projeto de lei que tratará do reajuste salarial, considerando os limites orçamentários e jurídicos”, diz trecho do ofício encaminhado pelo governo às entidades do funcionalismo.

A diretoria da AdUFRJ defendeu o voto a favor da recomposição de 9% (veja íntegra no site), mas fez intensas críticas

ao índice oferecido pelo governo e manifestou preocupação com a enorme defasagem salarial entre os diferentes níveis da carreira docente. Outra inquietação são os aposentados. Por lei, eles não recebem auxílio alimentação e assim ficam sem o reajuste do benefício.

FOCO NA LOA

Durante o debate na assembleia, os professores apresentaram visões distintas sobre o impacto do prejuízo acumulado nos salários e o que significará uma recomposição parcial das per-

das inflacionárias. “O dinheiro que está em jogo são os R\$ 11,2 bilhões separados no orçamento para o reajuste do funcionalismo. É um valor que foi aprovado no governo anterior. É claro que os sindicatos pressionaram, tentaram obter índices melhores, mas há limitadores”, ponderou o professor João Torres.

A economista Marta Castilho, professora do Instituto de Economia, enfatizou as dificuldades financeiras enfrentadas pela categoria, principalmente pelos jovens docentes. E defendeu a aprovação da proposta. “A situação é bem periclitante, sobretudo para os professores mais novos. Eu prefiro ganhar um pouco agora e tentar assegurar uma recomposição futura”, disse. “Então, por questões pragmáticas, eu acho que devemos aceitar a proposta”. A docente ainda sugeriu a criação de um calendário, com o qual o governo se comprometa, para a recomposição das perdas salariais dos últimos anos.

Ex-presidente da AdUFRJ e docente da Faculdade de Letras, Eleonora Ziller fez uma avaliação emocionada do momento político brasileiro. “Nós, os servidores, sustentamos esse país. O SUS salvou centenas de milhares de vidas na pandemia. Fomos nós que enfrentamos o negacionismo, que lutamos pela vacina. Não há dúvidas da justiça da nossa indignação, da nossa reivindicação”, declarou.

“Mas é preciso lembrar que essa composição em torno da política neoliberal do Paulo Guedes (ex-ministro da Economia) é muito mais ampla que o neofascismo do governo Bolsonaro”, destacou. “Todo argumento do governo está embasado no fato de que esse orçamento é do governo passado. Vamos nos desgastar agora ou acumular força para convocar a nossa categoria para a luta que interessa, que é o orçamento de 2024?”, questionou. Com ressalvas, o professor Edson Watanabe, da Coppe, também defendeu a aprovação da proposta, mas ponderou que o fato de o reajuste precisar de aprovação no Congresso Nacional tira da negociação a garantia de obtenção da recomposição. “Não necessariamente vai passar. Mas eu ainda apostaria nisso”.

DIVERGÊNCIAS

Aceitar a proposta, no entanto, não era uma opção para parte dos docentes. A professora Jacqueline Girão, da Faculdade de Educação, se disse indignada. “Isso não foi negociação, foi aceitação. Não temos garantias que o Congresso vá aprovar [a mudança na LOA]”, disse. “Se a gente aceitar tão facilmente essa proposta, eu não sei se para o próximo ano o governo reconhecerá nossas perdas. Acredito que devemos manter a negociação para conseguir um índice melhor”.

O tema divide até a oposição à atual gestão da AdUFRJ. O professor Luis Acosta, ex-presidente do sindicato, também foi favorável ao aceite da proposta do governo. “Não temos recursos nesse momento para forçar uma proposta melhor do que a que está na mesa. Creio que devemos aceitar esse índice e ampliar a mobilização em torno da próxima campanha salarial”.

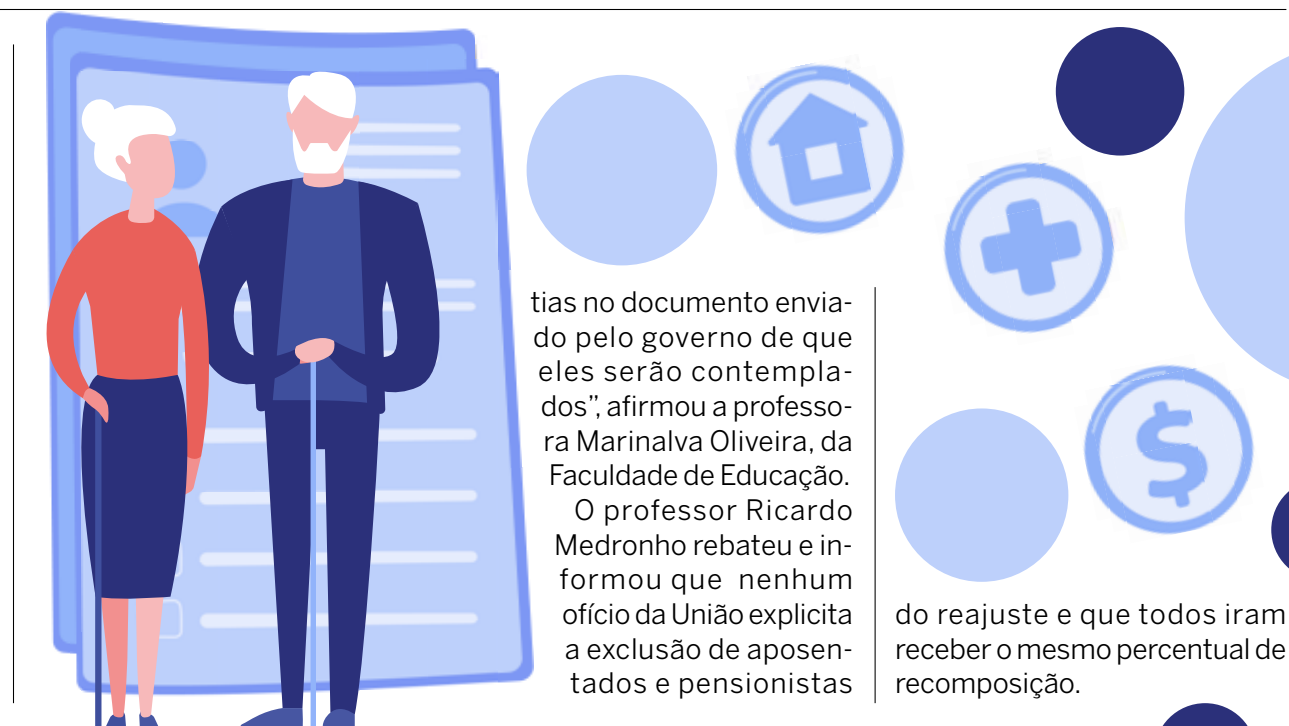
COMO FICA O ALCANCE DO REAJUSTE PARA APOSENTADOS

Durante a assembleia, os professores travaram um intenso debate sobre o alcance da proposta do governo para aposentados e pensionistas. Por lei, o reajuste linear de 9% dos salários é estendido a esses dois grupos, além dos servidores da ativa. Contudo, eles ficam excluídos do aumento no auxílio-alimentação.

A legislação, no entanto, tem alguns limites. Quem ingressou no serviço público federal até 31 de dezembro de 2003 tem direito à chamada paridade. Ou seja: todos os reajustes recebidos por quem está na ativa abrangem necessariamente

aposentados que assumiram seus cargos públicos até esta data. Quem ingressou depois perdeu a paridade com a reforma administrativa de 2003.

Ricardo Medronho, 2º vice-presidente da AdUFRJ, reforçou o entendimento da diretoria. “Só haveria forma de excluir os aposentados se o reajuste fosse composto por gratificações. O ganho da recomposição linear vale para todos”, disse. “Eles não recebem o auxílio, mas esse reajuste do benefício é muito importante também para os jovens docentes”, completou. “Estamos excluindo, rifando, os aposentados. Não há garan-



tias no documento enviado pelo governo de que eles serão contemplados”, afirmou a professora Marinalva Oliveira, da Faculdade de Educação. O professor Ricardo Medronho rebateu e informou que nenhum ofício da União explicita a exclusão de aposentados e pensionistas

do reajuste e que todos iram receber o mesmo percentual de recomposição.

Dia 29
de março

PROGRAMAÇÃO

8h30:
Recepção
e café

9h30:
Homenagem

11h30:
Coquetel

Local:
Auditório
Coppe/CT2 -
UFRJ



Maculan

Venha para uma manhã de homenagens
aos 80 anos do prof. Nelson Maculan

FOTOS: FERNANDO SOUZA



Pais e alunos vivem drama na Educação Infantil do CAp

> Interdição da sede do Fundão por problemas estruturais leva turmas para unidade da Lagoa, em período parcial e sem alimentação. Mais da metade das crianças não consegue frequentar as aulas

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufjrj.org.br

Depois de um pesado plantão no hospital em que trabalhava como técnica de enfermagem, Kátia Valéria ficou esperando num banco da praça em frente ao Colégio de Aplicação (CAp), na Lagoa, pela saída do filho Jean, de 5 anos, às 12h30 desta quarta-feira (15). Com sua mochila de Buzz Lightyear, o menino abraça a mãe com carinho, mas foi logo pedindo: “Vamos logo pra casa almoçar, tô morrendo de fome”. Também faminta e cansada por ter vindo direto do plantão sem dormir, a mãe expressou angústia quando o repórter lhe perguntou o que mudou em sua rotina depois que Jean foi transferido, como todos os 60 alunos da Educação Infantil do CAp, da unidade do Fundão para a da Lagoa: “Tudo”,

ela disse.

Por “tudo” entenda-se uma reviravolta na vida de 60 famílias em menos de 15 dias. Na de Kátia, por exemplo, significa contar com a ajuda mãe para levar Jean à escola enquanto ela está no plantão, sair direto do hospital para o banco da praça, enfrentar mais de uma hora no trajeto Lagoa-Manguinhos, almoçar lá pelas duas da tarde e depois “desmaiar” de sono até o início da noite. “Ele está no Infantil 5, estávamos nos preparando para uma mudança da rotina no ano que vem, quando ele viria para cá no Ensino Fundamental. Já planejando transporte escolar, fazendo as contas, estudando como ia ficar a rotina da casa. Mas mudar tudo de uma hora para a outra é muito angustiante”, contou ela.

INCERTEZAS

A aflição que invadiu de repente a vida de Kátia é a mesma sentida por dezenas de famílias com crianças matriculadas na Educação Infantil (EI) do CAp desde



FÁTIMA E CRISTINA, diretora e vice-diretora do CAp, têm se empenhado em criar um ambiente acolhedor para as crianças na sede da Lagoa

13 de fevereiro, às vésperas do Carnaval. Seria o dia do retorno às aulas no Fundão, que abriga os quatro grupamentos da EI, com alunos entre 2 e 5 anos. Já com sérios problemas estruturais, o prédio da Cidade Universitária, um anexo do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), sofreu mais estragos com as fortes chuvas que caíram sobre a cidade em janeiro e fevereiro. A direção do CAp se reuniu com os pais no dia 13 e decidiu esperar por um laudo do Escritório Técnico (ETU), que saiu em 15 de fevereiro.

“O laudo recomendou, enfaticamente, que as atividades do CAp Fundão fossem suspensas até que o edifício ofereça condições de segurança plena”, contou a professora Cristina Miranda, vice-diretora do CAp, que levou o caso ao Consuni no dia 9 de março. A solução provisória foi transferir as turmas de EI para a sede da Lagoa e iniciar as aulas em 27 de fevereiro, apenas 12 dias depois da divulgação do

laudo do ETU. Mas com restrições. “Não temos condições de ter o horário integral porque não podemos dar alimentação às crianças, não temos cozinha industrial. Só estamos oferecendo meio período, e isso é um dificultador para muitos pais, que não têm condições para se deslocar nesse curto espaço de tempo, não dá para ir e voltar”, reconheceu a vice-diretora.

Das 60 crianças da EI, em média 55% (33) não voltaram às aulas. Para não deixar que a filha Laura, de 5 anos, entrasse nesse rol, a funcionária pública Carolina Vasconcelos teve que pedir licença do trabalho. Na quarta-feira (15), na hora da saída, Laura contou à mãe que havia comido sanduíche e banana no lanche da escola: “Banana já foi um avanço, mas não substitui um almoço. Ela chega em casa faminta. Nossa rotina mudou muito. Se não tirasse essa licença, eu não teria condições de mantê-la aqui. Espero que tudo seja resolvido ainda dentro da minha licença. Estava plane-

ando as mudanças para o ano que vem, quando ela passa para o 1º ano do Fundamental, mas não para agora”, disse Carolina.

ACOLHIMENTO

A direção do CAp tem se empenhado para fazer com que a solução provisória seja a mais acolhedora possível para as crianças. “Em condições normais, já há necessidade de mais espaço no CAp Lagoa. Além dos 750 estudantes, temos em torno de 500 alunos da graduação que são nossos licenciandos. Algumas aulas de apoio são feitas no contraturno. Conseguimos alocar as crianças em duas salas, uma dedicada a línguas estrangeiras e outra de aulas de licenciatura. Nessas salas estamos colocando quatro turmas, Infantil 2 e 3 em uma, Infantil 4 e 5 em outra. As crianças entram às 8h30 e saem às 12h30. Estamos tentando criar um espaço acolhedor para elas em um lugar que é frequentado por alunos de 11 a 18 anos, nesse mesmo horário. Nenhuma turma de outras séries foi prejudicada. Com todas as dificuldades, estamos fazendo o melhor possível”, disse a professora Fátima Galvão, diretora do CAp.

A diretora reconhece que a mudança repentina pegou os pais de surpresa e causa muita aflição para as famílias. “Vimos alguns lugares no Fundão para tentar abrigar as turmas, mas não encontramos nada em condições. A opção agora é alugar um espaço, mas é um processo complicado, pois começa com uma busca em prédios públicos para ver se há algum local que possa ser adaptado à EI. Só depois disso, caso não se encontre nada, é que se abre uma chamada pública”, descreveu a professora Fátima.

Para a vice-diretora Cristina Miranda, o aluguel de um espaço é uma solução emergencial para abrigar as turmas até que a unidade do Fundão tenha condições de recebê-las de volta. “Mas a solução tem que vir logo, essa situação não pode se estender por muito tempo. Nós suportamos no máximo mais 20 dias, porque senão não conseguimos proporcionar a escola para todos e começaremos a ter problemas em nossa rotina. Os licenciandos ainda não chegaram, mas quando chegarem vai complicar porque a sala em que eles ficam está ocupada”, ponderou Cristina. Segundo ela, a solução ideal é o CAp ter uma sede própria — o prédio da Lagoa é do governo do estado do Rio de Janeiro, situado em um terreno da prefeitura —, que possa reunir todos os alunos num só lugar, junto à Faculdade de Educação, como prevê o Plano Diretor da UFRJ.

De acordo com Carla Vidal, professora da Educação Infantil do CAp, a equipe tem tentado ambientar as crianças na sede da Lagoa em tempo recorde. “Trazemos brinquedos, colchonetas, tatames e material pedagógico para deixar o espaço um pouco mais acolhedor. Eles também estão frequentando a biblioteca e um pátio interno com grama sintética. Estamos



KÁTIA acaricia Jean após esperar pelo filho num banco de praça diante da sede da Lagoa, sem dormir, direto do plantão no hospital onde trabalha



CAROLINA teve que pedir licença do trabalho para que a filha Laura pudesse frequentar as aulas: mudança brusca

tentando organizar uma rotina para elas, mas há horários em que elas não podem circular porque os alunos mais velhos estão circulando. E os mais velhos também estão aprendendo a olhar para baixo, a se integrar com as crianças. Se há alguma coisa boa que essa mudança vem proporcionando é essa integração entre os estudantes do CAp”, apontou a professora.

PROVIDÊNCIAS

O reitor da UFRJ, professor Carlos Frederico Leão Rocha, se reuniu com as famílias da EI do CAp na segunda-feira (13) e garantiu que a solução para as 60 crianças é prioridade da reitoria. “Colocamos as opções que temos e a dificuldade de encontrar em um curto espaço de tempo uma localidade adequada. Trabalhamos com



Estamos trabalhando na tentativa de reduzir o grande desconforto a que as famílias estão submetidas”

CARLOS FREDERICO LEÃO ROCHA
Reitor da UFRJ

três frentes. A primeira é a instalação temporária e de forma precária das crianças no CAp da Lagoa. A segunda é encontrar em tempo recorde, por meio de aluguel ou reforma, um espaço para a instalação da Escola de Educação Infantil. A terceira é a reforma da unidade do Fundão, essa mais demorada, pois requer a confecção de um projeto, a operacionalização de uma licitação e, por fim, a execução da reforma. Estamos trabalhando na tentativa de reduzir o grande desconforto a que as famílias estão submetidas”, listou o reitor.

Manuela Dias de Paula, mãe de Rafaela, de 5 anos, esteve na reunião e acha que a reitoria tem que agir rápido. “Eu demora 30 minutos para chegar ao Fundão, já para a Lagoa a demora é de uma hora e meia. Há casos na turma da minha filha de

quem more em Duque de Caxias e vem passando as manhãs a biscoito e água para frequentar as aulas. A reitoria fez promessas. Porém, de efetivo, até agora, nada. Solicitamos algum tipo de auxílio para transporte escolar, estou pagando R\$ 600,00 de transporte para minha filha. Há pais que estão pagando R\$ 800,00. Qualquer ajuda seria válida”, disse Manuela. Segundo ela, Rafaela tem chegado em casa com tanta fome que pede para comer a comida fria, sem esquentar, para não esperar mais.

Diretor da Associação de Pais, Alunos e Amigos do CAp UFRJ (Apacap), Adriano Vinagre, pai de um aluno da EI 3, destacou também o prejuízo pedagógico com a mudança: “É uma carga horária inviável de ser repostada. Já temos relatos de famílias de que houve uma queda no desenvolvimento das crianças”, disse. Adriano confirmou que, por conta do horário reduzido e da localidade, mais da metade das famílias não estão enviando seus filhos para a escola, e alguns responsáveis permanecem nos arredores da sede da Lagoa porque não dá tempo de ir e voltar para casa ou para o trabalho e depois retornar e pegar as crianças.

Sthefany Cury é uma das mães que não está conseguindo levar a filha para frequentar as aulas da EI 2. “A logística ficou inviável. Ela só tem dois anos. Na turma dela, de um total de 14, apenas três crianças estão conseguindo frequentar. Eu trabalho na Fiocruz, consegui manter minha filha na creche institucional, onde ela estudava antes de ir para o CAp. Mas outros pais não têm essa alternativa e não podem levar seus filhos para a Lagoa. Como ficam essas famílias? O sentimento geral é de muita tristeza e decepção. Não com a atual gestão, especificamente, mas com o acúmulo de anos de desmonte da educação pública no Brasil”.

FOTOS: FERNANDO SOUZA

Falta de segurança e falhas de estrutura na volta às aulas

> Aluno sofreu tentativa de homicídio no bandeirão central do Fundão no último dia 10. Aulário da Praia Vermelha está com teto danificado e não será liberado até retorno das atividades da graduação

FRANCISCO PROCÓPIO E
MILENE GABRIELA
comunica@adufrrj.org.br

A precária infraestrutura da universidade é um dos principais problemas e o maior desafio da administração central na retomada das aulas da graduação, em 3 de abril. De acordo com o reitor Carlos Frederico Leão Rocha (veja entrevista ao lado), os cortes de verba no governo Bolsonaro agravaram a situação: “São estruturas deterioradas ao longo do tempo, que nós temos que recuperar ao longo deste ano”, afirma o reitor. A recente interdição da unidade do CAP no Fundão (foto), dedicada à Educação Infantil, é a face mais dramática dessa precariedade na infraestrutura, como mostra a matéria nas páginas 4 e 5.

A insegurança é outro problema que paira sobre a comunidade acadêmica na volta às aulas. O caso mais recente de violência aconteceu no último dia 10, quando o estudante de Engenharia de Produção Lucas Vieira sofreu uma tentativa de homicídio na saída do bandeirão central.

Segundo relato nas redes sociais de Lucas Franco, colega da vítima e também estudante de Engenharia de Produção, o estudante foi agredido por um homem que lhe pediu dinheiro. “O homem o abordou pedindo dinheiro. Lucas deu R\$ 50 reais para o sujeito. Não satisfeito, o



FERNANDO SOUZA

homem o espancou até desmaiá-lo. O agressor saiu sem levar nenhum pertence de Lucas”, escreveu o amigo. “Lucas se levantou sem receber nenhuma ajuda, foi até o Centro de Ciência e Saúde (CCS), e foi encaminhado para o Hospital Getúlio Vargas. Lá foi orientado a realizar o boletim de ocorrência”, completou.

A administração central da UFRJ se reuniu com o comandante do 17º BPM (Ilha do Governador) para cobrar mais segurança no campus do Fundão. “A reunião foi proveitosa. Houve uma troca de comandante no 17º Batalhão e vamos ter apoio mais uma vez para a Cidade Universi-

tária”, comentou Marcos Maldonado, prefeito do campus. “O que aconteceu com o aluno serve de alerta e nós estamos averiguando como podemos evitar futuros eventos”, afirmou o reitor Carlos Frederico Leão Rocha. O dirigente afirma que há um conjunto de iniciativas na área de segurança. “Temos a segurança patrimonial e contratamos via a Secretaria de Ordem Pública, nove motos que circulam em tempo integral na Cidade Universitária”, completou o professor Leão Rocha.

TELHADOS

O aulário de contêineres da Praia Vermelha, anexo do Centro de

Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), está com o telhado danificado, o que impede a utilização do local. O problema foi constatado em janeiro deste ano. O Escritório Técnico da Universidade (ETU) foi acionado e a Superintendência do CFCH realizou a solicitação de abertura do processo. O problema não será solucionado até o retorno das aulas.

Na vitória, foi identificada a necessidade de troca dos telhados. O custo do reparo é estimado em R\$ 200 mil. De acordo com o CFCH, a aplicação de membrana acrílica e tratamento dos furos é uma solução

provisória de menor custo, com custos de até R\$ 80 mil.

NOVOS ALUNOS

Calouros que fizeram o processo de heteroidentificação aproveitaram o processo para poder tirar a tradicional foto com a Minerva e conhecer o espaço que fará parte da sua vida nos próximos quatro anos. A aluna de Ciências Sociais Isabelle Borges, de 19 anos, natural de Nova Friburgo, comentou que o mais aflige é não saber o que pode acontecer neste novo período de vida. “O que a gente imagina na cabeça é totalmente diferente na prática. Eu estou ansiosa para ver se vai atender a minha expectativa, se vai superar, se vou me decepcionar”, disse a estudante.

Line Oliveira, estudante de Ciências da Matemática e da Terra, não conseguiu estudar na UFRJ no ano passado, pois precisava trabalhar. “Estou com uma expectativa imensa, a UFRJ é a universidade dos meus sonhos desde o meu Ensino Médio”, disse Line.

Denise Góes, técnica administrativa, coordena a banca racial que busca validar os estudantes aptos a ocupar as vagas por cotas. “É um sentimento de vitória, de conquista de uma universidade que é extremamente branca”, disse a servidora, com 35 anos de UFRJ. “A universidade hoje tem um perfil que ainda não é o que o equivale à população brasileira, mas estamos caminhando a passos firmes com essas comissões”, relatou Denise.

ENTREVISTA | CARLOS FREDERICO LEÃO ROCHA, REITOR

■ **Jornal da AdUFRJ: Como está o planejamento para o início das aulas?**

● **Carlos Frederico Leão Rocha:** Estamos com o planejamento padrão de organização das salas de aula e limpeza do campus. E na preparação de um conjunto enorme de aulas inaugurais montadas com nossas unidades.

■ **Sobre a questão do teto do Aulário, ele será consertado até o início das aulas?**

● Estamos providenciando isso. O Escritório Técnico da Universidade (ETU) vem trabalhando nesse assunto e devemos ter uma solução.

■ **Recentemente, um aluno sofreu uma tentativa de homicídio no Fundão e a UFRJ fez um novo plano de segurança. O que vai mudar neste plano?**

● Eu queria começar falando algo um pouco diferente. A UFRJ, em termos de mancha criminal, é um dos locais mais seguros que existem na cidade do Rio de Janeiro. O relato do aluno é o primeiro em quatro anos que temos de violência nesse nível. Estamos tomando todas as providências tanto para receber bem este aluno como para averiguar o que aconteceu. Já entramos em contato com ele. Além da contratação da segurança patrimonial, que ocorre por meio de licitação, temos a contratação da Secretaria de Ordem Pública, que mantém nove motos que circulam em tempo integral na Cidade Universitária. Além disso, nós temos a Diseg, que é a Divisão de Segurança da universidade, com guardas que auxiliam nos esforços de segurança. Ao contrário do que

parece, temos um conjunto de iniciativas na área de segurança que mantém a universidade em situação de redução do nível de criminalidade. O que aconteceu com o aluno serve de alerta, e nós estamos averiguando para entender o que aconteceu e como podemos evitar futuros eventos.

■ **Quais os desafios neste início das aulas na UFRJ?**

● Tivemos grandes desafios nos últimos anos. Iniciamos as aulas no meio de uma pandemia. Os maiores percalços estão associados ao problema que tivemos nos últimos quatro anos, de orçamento reduzido. Temos um desafio muito grande na nossa infraestrutura, esperamos que esse novo governo possa dar as condições básicas para recuperar a infraestrutura da universidade. São estruturas



melha. Fizemos o leilão que se refere ao Caneção para encontrar uma estrutura definitiva para aquela área.

■ **O número de novos alunos não foi informado pela universidade, mas com certeza haverá pessoas de outros lugares e existem poucas vagas de moradias universitárias. Está sendo estudada a extensão desses auxílios para evitar evasões?**

● Estamos dobrando o número de residências estudantis, com o próximo edital para ocupação do bloco B do alojamento, que se encontrava fechado quando assumimos a reitoria. Agora ele será entregue completamente reformado com mais 250 vagas de alojamento. Além disso, na área de Assistência Estudantil, aumentaremos o valor das bolsas de R\$ 400 para R\$ 700.

AdUFRJ participará de Comissão de Gestão

Seção sindical terá dois representantes na comissão que acompanhará o processo de implantação do PGD

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Na última semana, o Conselho Universitário aprovou por unanimidade o Programa de Gestão e Desempenho (PDG). O documento trata das regras para a reorganização do trabalho na universidade, incluindo a regulamentação do trabalho remoto. A resolução é fruto de intenso diálogo entre a administração central, professores e técnicos-administrativos. Ainda são necessárias instruções normativas para a implementação do PDG nas unidades. O controle de frequência será realizado por folha de ponto, para quem estiver em trabalho presencial, e por cumprimento de metas, para aqueles que optarem pelo teletrabalho.

O PGD estabelece um máximo de 20% de pessoas em regime de teletrabalho completo. Para servidores em teletrabalho parcial, até 60% das atividades poderão ser realizadas fora da universidade. A resolução alcança técnicos

e docentes, mas “não afetará as aulas presenciais”, garantiu o reitor Carlos Frederico Leão Rocha. Não há obrigatoriedade de adesão das unidades.

O professor Ricardo Medronho, diretor da AdUFRJ e representante dos eméritos no Consuni, solicitou que a comissão central – que discutirá a Instrução Normativa que vai orientar a implantação do PDG nas unidades – seja composta também por dois representantes da AdUFRJ. “Como é um programa voltado para técnicos e docentes, é importante garantir a representação sindical desses professores”, defendeu. A solicitação foi aprovada por unanimidade. Também vão compor a comissão representantes da PR-4, do Sintufrrj e do DCE Mário Prata.

Relatora do processo e representante da Comissão de Legislação e Normas, a professora Walcy Santos defendeu a urgência do tema. “A gente está perdendo muitos técnicos que, com a pandemia, aprenderam a trabalhar longe de casa. Há muitos órgãos já atuando nesse regime e eles estão pedindo transferência”,



A gente está perdendo muitos técnicos que, com a pandemia, aprenderam a trabalhar longe de casa. Há muitos órgãos já atuando nesse regime e eles estão pedindo transferência”

PROFESSORA WALCY SANTOS

Representante da Comissão de Legislação e Normas

justificou. “Esse processo precisa ser muito bem estruturado nas unidades, sempre com o cuidado de não esvaziar a atuação presencial da UFRJ”, ponderou a docente.

Para Vânia Godinho, diretora

do Sintufrrj e conselheira universitária, é importante estabelecer condições materiais para esse teletrabalho e segurança na manipulação dos dados que serão trabalhados fora do ambiente universitário. “Na mesa de ne-

gociação, especialmente na última reunião, essa preocupação ficou expressa. São pontos que a gente não abre mão”.

Em seu último dia no cargo, o então pró-reitor de Pessoal, professor Alexandre Brasil, destacou o longo processo de discussão interna e a consulta com participação de 1.300 servidores, para a construção da resolução. “O grande elemento do PGD é a discussão sobre a organização do trabalho. Um espaço para pensar as mudanças no trabalho. É uma grande oportunidade para aperfeiçoar ainda mais o nosso serviço à sociedade”.

ELEIÇÃO DO ANDES

Apenas três chapas foram homologadas para disputar a eleição do Andes em 10 e 11 de maio. A chapa 4, apresentada e inscrita no Congresso no Acre, não conseguiu montar a equipe de 83 docentes, exigida pelo regimento

do sindicato nacional.

Nas três chapas que disputam a eleição, há professores da UFRJ. Ao todo, são nove docentes da UFRJ. Na chapa 1, estão Luis Acosta, Cláudia Piccinini e Fernanda Vieira.

Na Chapa 2, estão Marinalva Oliveira, Maria Daniela e Jaqueline Girão. Já na Chapa 3, participam Eleonora Ziller, Mayra Goulart e Deia Ferreira. Todos os professores sindicalizados na AdUFRJ poderão votar.

CHAPA 1

Presidente
Gustavo Seferian
Scheffer Machado (UFMG)

1º Vice-Presidenta
Raquel Dias Araújo (UECE)

2º Vice-Presidente
Luis Eduardo
Acosta Acosta (UFRJ)

3º Vice-Presidenta
Maria Lucia Lopes da Silva
(UNB)

Secretária Geral
Francieli Rebelatto (UNILA)

1º Secretária
Caroline de Araújo Lima
(UNEB)

2º Secretário
Alexandre Galvão Carvalho
(UESB)

3º Secretária
Annie Schmalz Hsiou (USP)

1º Tesoureira
Jennifer Susan Webb dos
Santos (UFPA)

2º Tesoureira
Fernando Lacerda Júnior
(UFG)

3º Tesoureira
Gisvaldo Oliveira da Silva
(UESPI)

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1ª Vice-Presidenta
Cláudia Lino Piccinini
(UFRJ)

2ª Vice-Presidenta
Renata Marins Alvim Gama
(UERJ)

1ª Secretária
Fernanda Maria da Costa
Vieira (UFRJ)

2º Secretário
Pablo Bielschowsky (UFFRRJ)

1º Tesoureira
Maria Raquel Garcia Veja
(UENF)

2º Tesoureira
Joanir Pereira Passos
(UNIRIO)

CHAPA 2

Presidente
André Rodrigues Guimarães
(UFAP)

1ª Vice-Presidenta
Gelta Terezinha Ramos Xavier
(UFF)

2ª Vice-Presidente
Rosângela Assunção (UESPI)

3ª Vice-Presidente
Marinalva Silva Oliveira
(UFRJ)

Secretária Geral
Celeste dos Santos Pereira
(UFPEL)

1ª Secretária
Sandra Bernadete da Silva
Moreira (UFPA)

2º Secretário
Waldir Bertúlio (UFMT)

3ª Secretária
Viviana Mônica Vermes
(UFES)

1º Tesoureira
Welbison do Vale Madeira
(UFMA)

2º Tesoureira
Gean Claudio de Souza
Santana (UFS/BA)

3ª Tesoureira

Alyne Maria Barbosa de
Sousa (IFPI)

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1º Vice-Presidenta
Viviane Becker Narvaes
(UNIRIO)

2ª Vice-Presidente
Luciana Santos Collier (UFF)

1ª Secretária
Maria Jacqueline Girão
Soares de Lima (UFRJ)

2ª Secretária
Luciano da Silva Alonso
(UFFRRJ)

1ª Tesoureira
Maria Daniela Corrêa de
Macedo (UFRJ)

2º Tesoureira
Marco Antônio Perruso
(UFFRRJ)

CHAPA 3

Presidente
Luis Antonio Pasqueti (UNB)

1º Vice-Presidente
Domingos Sávio da Cunha
Garcia (UNEMAT)

2ª Vice-Presidente
Maria Caramez Carlotto
(UFABC)

3º Vice-Presidente
Jailton de Souza Lira (UFAL)

Secretária Geral
Eleonora Ziller
Camenietzki (UFRJ)

1º Secretário
Paulo Vieira Neto (UFFPR)

2ª Secretária
Celi Nelza Zulkie Taffarel
(UFAL)

3ª Secretária
Mariuzza Aparecida Camillo
Guimarães (UFMS)

1ª Tesoureira
Erika Suruagy Assis de
Figueiredo (UFERPE)

2ª Tesoureira
Lisleandra Machado
(IFSUDESTEMG)

3º Tesoureira
Ari de Sousa Loureiro (UFPA)

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1º Vice-Presidente
Luiz Fernando Rojo Mattos
(UFF)

2ª Vice-Presidente
Mayra Goulart da Silva
(UFRJ)

1ª Secretária
Fátima Lobato
Fernandes (UERJ)

2ª Secretária
Deia Maria Ferreira dos
Santos (UFRJ)

1º Tesoureira
Elisa Guaraná de Castro
(UFFRRJ)

2ª Tesoureira
Maria das Graças Gonçalves
(UFF)

ANOS

SEM JUSTIÇA
SEM RESPOSTA
SEM MARIELLE